

INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

A **Lei n. 8.213/91 (Lei de Cotas)** estabeleceu a obrigatoriedade de empresas com 100 ou mais empregados preencherem uma parcela de seu quadro de trabalhadores com pessoas com deficiência.

Esta parcela, varia de acordo com o número de funcionários de cada empresa. De acordo com o Art.93 da referida Lei, as empresas com 100 a 200 empregados devem reservar 2% das suas vagas para as pessoas com deficiência. Para as empresas entre 201 e 500 funcionários, este valor é de 3%. Entre 501 e 1000 empregados, a reserva sobe para 4%, chegando a 5% acima de mil funcionários.

Quadro 1 – Conceito de Pessoas com deficiência

«Limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de atividades normais da vida e que, em razão dessa incapacitação, a pessoa tenha dificuldades de inserção social» (Convenção n. 159/83 da OIT e Convenção da Guatemala - promulgada pelo Decreto n. 3.956/01).

Neste sentido está o Decreto n. 3.298/99, atualizado pelo Decreto n. 5.926/04:

Art. 3º - deficiência - toda perda ou anormalidade de um estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Fonte: Convenção n. 159/83 da OIT e Convenção da Guatemala - promulgada pelo Decreto n. 3.956/01
Elaboração: CES/IJSN

No dia 24 de Julho de 2015, a Lei de cotas completou 24 anos. Dados do último Censo (2010) revelam que, no Brasil, 23,92% da população residente possui ao menos um tipo de deficiência (visual, auditiva, motora), o que representa cerca de 45 milhões de pessoas. No Espírito Santo, este percentual é de 23,45%, o que representa cerca de 824 mil pessoas.

Em se tratando de PCD inseridas no mercado de trabalho, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o total de empregos em 31/12/14 somou 381.322 (0,78% do total) em todo o país. Este resultado representou crescimento de 6,57% em relação a 2013 – acréscimo de 23,5 mil empregos. Do total de 381.322 empregos de pessoas com deficiência, 192.432 postos eram ocupados por indivíduos com deficiência física, seguido por 78.370 com deficiência auditiva e 39.580 com deficiência visual.

Tabela 1 – Vínculos formais e PCD inseridas no mercado de trabalho formal brasileiro

	2013	2014	Varição absoluta	Varição relativa (%)
Física	181.464	192.432	10.968	6,04
Auditiva	78.078	78.370	292	0,37
Visual	33.505	39.580	6.075	18,13
Intelectual (Mental)	25.332	29.132	3.800	15
Múltipla	5.490	6.708	1.218	22,19
Reabilitado	33.928	35.100	1.172	3,45
Total de Deficientes	357.797	381.322	23.525	6,57
Não Deficientes	48.590.636	49.190.188	599.552	1,23
Total	48.948.433	49.571.510	623.077	1,27

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais/IJSN

No Espírito Santo, dos 967.728 empregos formais em 2014, 7.783 são de PCD (0,80% do total) – acréscimo de 341 postos em relação a 2013. Na Tabela 02, observa-se a predominância de deficientes físicos (4.074 em 2014), seguido da deficiência auditiva (1.224) e deficiência visual (978).

Tabela 2 – Vínculos formais e PCD inseridas no mercado de trabalho formal capixaba

	2011	2012	2013	2014
Vinculos formais	902.070	926.336	954.791	967.728
PCD	6.361	6.828	7.442	7.783
PCD/vinculos formais	0,71%	0,74%	0,78%	0,80%
Tipo deficiência				
Física	3.429	3.558	3.837	4.074
Auditiva	1.151	1.240	1.279	1.224
Visual	550	710	868	978
Mental	251	279	363	470
Múltipla	92	93	124	146
Reabilitado*	888	948	971	891

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais/IJSN.

*Reabilitado: Entende-se por reabilitada a pessoa que passou por processo orientado a possibilitar que adquira a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, o nível suficiente de desenvolvimento profissional para reingresso no mercado de trabalho e participação na vida comunitária (Decreto nº 3.298/99, art. 31). A reabilitação torna a pessoa novamente capaz de desempenhar suas funções ou outras diferentes das que exercia, se estas forem adequadas e compatíveis com a sua limitação.

A Tabela 03 representa as demais características das PCD. Em relação ao gênero, a presença dos homens é superior à das mulheres em todo o período (66,6% do total em 2014 e 65,8% do total em 2013).

A maioria é da cor/raça Parda (45,2%), seguida de Branca (34,6%) em 2014. A única categoria que apresentou redução do número de empregos foi Branca (-29 ocupações), enquanto a cor/raça Parda apresentou elevação de +266 (8,19%).

A faixa etária nos mostra que é de 30 a 39 anos que ocorre a maior inserção das PCD (30,4% do total em 2014). Também aumentou a participação dos indivíduos das faixas etárias mais elevadas e idosos: acréscimo de 123 empregos desde 2013 para a faixa etária de 50 a 64 anos e de 28 empregos para a faixa de 65 anos ou mais. A única faixa que apresentou redução foi a de 18 a 24 anos (- 57 empregos entre 2013 e 2014)

Quanto à escolaridade, a grande maioria possui ensino médio completo, representando 45,8% do total em 2014. Em segundo lugar, aparecem os graduados (12,3% em 2014). As categorias que apresentaram redução foram: 6º a 9º ano Fundamental, Fundamental Completo e Médio Incompleto. A maior variação foi para os indivíduos com Mestrado (+22,22%).

Por fim, em relação ao tamanho do estabelecimento, observa-se que a inserção ocorre predominantemente (78,7%) em estabelecimentos com mais de 100 empregados, sendo estes obrigados por lei. Dentre estas, é nos grandes estabelecimentos (1.000 ou mais empregados) que se encontram 36,4% dos empregados. Nos estabelecimentos com até 99 empregados, observou-se a presença de 1.660 PCD em 2014 (21,3% do total), tendo ocorrido redução no número de postos de trabalho entre 2013 e 2014 em todos eles.

Apesar do aumento das inserções ao longo do período em análise e do aumento da participação percentual no total de vínculos formais, observa-se que persiste um déficit significativo de preenchimento de vagas dos portadores de deficiência no estado, bem como em todo o país. Uma conta aproximada mostra que o valor do déficit no Estado chega a cerca de 10 mil (1,3 vezes o número de PCD inseridas no mercado de trabalho – para o país esse número é 1,7). Esse déficit tem causas tanto do lado da oferta com do lado da demanda. Do lado da oferta podemos citar a falta de infraestrutura adequada (física e operacional) nas empresas, o que exigiria investimentos; e do lado da demanda a baixa qualificação – no Estado apenas 12,3% das pessoas com deficiência possuem graduação e 0,5% mestrado ou doutorado. Ademais há que se lembrar da informação imperfeita do mercado de trabalho que se substancia na falta de informação/falha na divulgação sobre a existência das vagas.

Reforça-se, portanto, a necessidade de maior conscientização social e fiscalização do poder público e interação das políticas e entidades públicas voltadas às PCD, entendendo que a política de cotas não deve ser meramente “obrigação”, mas importante estratégia de inclusão social.

Tabela 3 – PCD inseridas no mercado de trabalho formal capixaba, por características selecionadas

	2013	2014	Varição absoluta	Varição relativa (%)
Sexo				
Masculino	4.899	5.182	283	5,78
Feminino	2.543	2.601	58	2,28
Total	7.442	7.783	341	4,58
Raça/Cor				
Indígena	5	7	2	40,00
Branca	2.726	2.697	-29	-1,06
Preta	690	699	9	1,30
Amarela	60	62	2	3,33
Parda	3.248	3.514	266	8,19
Não identificada/ignorada	334	311	-23	-6,89
Faixa etária				
10 a 14 anos	0	4	4	...
15 a 17 anos	30	60	30	100,00
18 a 24 anos	914	857	-57	-6,24
25 a 29 anos	1.078	1.133	55	5,10
30 a 39 anos	2.309	2.364	55	2,38
40 a 49 anos	1.757	1.860	103	5,86
50 a 64 anos	1.293	1.416	123	9,51
65 anos ou mais	61	89	28	45,90
Grau escolaridade				
Analfabeto	61	64	3	4,92
Até 5º ano Incompleto	355	413	58	16,34
5º ano Completo Fundamental	261	268	7	2,68
6º a 9º ano Fundamental	854	829	-25	-2,93
Fund. Completo	783	734	-49	-6,26
Médio Incompleto	699	694	-5	-0,72
Médio Completo	3.314	3.567	253	7,63
Superior Incompleto	216	219	3	1,39
Superior Completo	868	958	90	10,37
Mestrado	27	33	6	22,22
Doutorado	4	4	0	0,00

Continua

Tabela 3 – PCD inseridas no mercado de trabalho formal capixaba, por características selecionadas

Continuação

	2013	2014	Varição absoluta	Varição relativa (%)
Tamanho do Estabelecimento				
Até 4	115	99	-16	-13,91
De 5 a 9	165	153	-12	-7,27
De 10 a 19	328	298	-30	-9,15
De 20 a 49	520	495	-25	-4,81
De 50 a 99	636	615	-21	-3,30
De 100 a 249	1.299	1.304	5	0,38
De 250 a 499	975	1.268	293	30,05
De 500 a 999	1.396	1.323	-73	-5,23
1.000 ou mais	2.008	2.228	220	10,96

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais/IJSN

Inserção no Mercado de Trabalho - Pessoas com Deficiência (PCD)

IJSN/CES

Coordenação Geral

Andrezza Rosalém Vieira
Diretora Presidente

Ana Carolina Giuberti

Diretora de Estudos e Pesquisas

Coordenação

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha
Coordenação de Estudos Sociais – CES

Elaboração

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha
Coordenação de Estudos Sociais – CES

Editoração

Maria de Fátima Pessotti de Oliveira
Assessoria de Relacionamento Institucional – ARIN

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.524 - Jesus de Nazareth - Vitória - ES

CEP 29052-015 - Tel.: (27) 3636-8050